

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006073-97.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
 Requerente: **Cpfl Total Serviços Administrativos Ltda**
 Requerido: **Carina José Guedes de Almeida**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora CPFL- Total Serviços Administrativos Ltda propôs a presente ação contra a ré Carina José Guedes de Almeida, pedindo a condenação desta ao pagamento da importância de R\$ 12.208,05, com atualização até a liquidação.

A ré foi citada pessoalmente às folhas 93, não oferecendo resposta (folhas 94), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, diante da revelia do réu, nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de cobrança que se refere ao repasse à autora de todos os valores arrecadados com as transações realizadas, e a transmissão dos dados das contas arrecadas via teleprocessamento, nos prazos estipulados em contrato, no importe de R\$12.208,05.

Alega a autora que em descumprimento a obrigação da cláusula quinta do contrato (**confira folhas 13/15**), a ré não repassou os valores arrecadados com as transações realizadas nos dias 15/10/2014 e 16/10/2014, totalizando a quantia de R\$ 11.600,22, que atualizada remonta a quantia de R\$ 12.208,05.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, cuja atribuição pertence ao devedor.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

importância de R\$ 12.208,05, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora a partir do ajuizamento. Pela regra da causalidade, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**